

APRESENTAÇÃO

“Políticas Linguísticas Críticas” é a temática que permeia os textos deste volume da revista *Working Papers em Linguística* (WP). Apesar de recente no Brasil, o interesse pelas políticas que se fazem “com” e “sobre” as línguas tem se mostrado cada vez maior, não só em relação ao contexto brasileiro, mas também em relação a outros contextos, especialmente países em que línguas locais convivem (ou lutam para conviver) com as línguas do colonizador. Os dez artigos (uma tradução e nove originais) e a entrevista que compõem esta edição da WP revelam a pluralidade de abordagens possível na área de Políticas Linguísticas, especialmente sua alta potencialidade interdisciplinar. São textos, como se verá em detalhes a seguir, que buscam abordar a partir de uma perspectiva crítica tanto políticas que emanam do estado, através de seus instrumentos jurídicos e administrativos, quanto práticas linguísticas cotidianas de resistência.

O artigo de abertura, “Desinventando e (re)constituindo línguas” de Sinfree Makoni e Alastair Pennycook, originalmente publicado em 2005 com o título “Disinventing and (Re)Constituting Languages” em *Critical inquiry in language studies: An international journal*, foi condensado e traduzido para a revista *Working Papers em Linguística* por Cristine Gorski Severo. Os autores defendem que a invenção das línguas, tema já bastante discutido por abordagens linguísticas críticas quanto à dimensão de suas construções, precisa ser mais amplamente discutida e analisada no que tange às relações existentes entre os diferentes projetos de constituição de línguas e aos efeitos que esses processos produzem. Além disso, Makoni e Pennycook defendem a necessidade de se confrontar tais processos de invenção com uma desinvenção e uma reconstituição das línguas, numa perspectiva crítica que possibilite repensar as línguas contemporâneas e confrontar os efeitos linguísticos nocivos que a invenção das línguas possa acarretar aos sujeitos.

Cristine Gorski Severo é a autora do artigo seguinte, “A língua portuguesa como invenção histórica: brasilidade, africanidade e poder em tela”, o qual dialoga centralmente com o conceito de invenção das línguas, abordado por Makoni e Pennycook no texto de abertura desta revista. Severo traça um percurso histórico e político do Brasil, no qual confronta dois períodos em que se discursivizou a relação entre a língua portuguesa e as africanidades, a saber: o período que vai de 1920 a 1945 e compreende, entre outros, trabalhos de intelectuais modernistas e políticas estatais da Era Vargas; e o período pós-

2000, marcado por políticas em torno da diversidade. Pautada em diversos gêneros discursivos produzidos nesses períodos, como das esferas jurídica, intelectual, acadêmica e artística, a autora busca demonstrar as relações de poder que afloram dos sentidos produzidos através de conceitos como regionalismo, miscigenação, nacionalismo e brasilidade.

O terceiro artigo, “A política da língua portuguesa em Guiné Equatorial” de Charlott Eloize Leviski, aborda como se deu a oficialização da língua portuguesa no país africano e sua efetivação como membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para compreender esses processos, Leviski propõe um exercício interdisciplinar que aproxima História e Linguística, a fim de analisar criticamente a dimensão política constituinte da descrição da língua “fá d’ambô”, falada na ilha guinéu-equatoriana de Ano Bom, e que seria remanescente da presença colonial portuguesa. A autora, com base em documentos históricos e legais, desenvolve uma argumentação em que questiona esta vinculação de uma língua contemporânea a um passado remoto na tentativa de se (re)estabelecer um elo perdido, resultando numa invenção linguística que justifique interesses de ordem política, no caso a aproximação de Guiné Equatorial da CPLP.

Também com o olhar voltado para o contexto africano, Ezra Alberto Chambal Nhampoca discute em seu artigo “Ensino Bilíngue em Moçambique: introdução e percursos” como vem se dando o estabelecimento do Ensino Bilíngue (EB) na ex-colônia portuguesa, especialmente a partir de sua Independência em 1975. Apesar de não ser a língua materna da maioria da população, o português foi alçado à língua oficial e seu ensino se dá nas escolas moçambicanas, normalmente como segunda língua, através de um modelo de ensino chamado “transicional”, pois o aluno falante de uma das cerca de 20 línguas bantu se apropria na língua portuguesa à medida que amplia sua escolaridade. Nhampoca traz críticas suas e de outros pesquisadores sobre o EB em Moçambique, as quais – apesar de sinalizarem fragilidades, principalmente quanto ao *status* superior dado ao português – apontam para uma maior inserção dos sujeitos falantes das línguas locais no sistema educacional, refletindo tanto no seu sucesso escolar quanto no uso dessas línguas em outros espaços públicos.

O quinto artigo, “Políticas linguísticas e tradução-interpretação de línguas de sinais: aproximações entre Brasil e Moçambique” de Silvana Aguiar dos Santos e Nehemia

Gilberto Raul Zandamela, faz um interessante paralelo entre as políticas envolvendo os sujeitos que atuam profissionalmente com a tradução e a interpretação de línguas de sinais nesses dois países. Em um primeiro movimento, as autoras apresentam um percurso histórico das políticas desenvolvidas nos dois países, as quais contribuíram para que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua de Sinais de Moçambique (LSM) fossem reconhecidas como um direito das comunidades surdas a ter uma língua de uso e de expressão. Associado a isso, discutem algumas problemáticas envolvendo a tradução e a interpretação de línguas de sinais: uma delas diz respeito às implicações em relação à língua portuguesa, haja vista esta ser língua oficial nos dois países; outra delas, aborda desafios contemporâneos quanto à formação e atuação de profissionais tradutores e intérpretes. Santos e Zandamela ainda apresentam algumas propostas de políticas que poderiam ser encampadas por tradutores e intérpretes brasileiros e moçambicanos a fim de qualificar profissional e academicamente suas áreas de atuação.

“O canto dos vissungos: tradição e resistência”, artigo de autoria de Ana Cláudia Fabre Eltermann, procura demonstrar como essa prática linguística de descendentes africanos que vivem no Brasil tem importante papel identitário e político na cultura afro-brasileira. Eltermann busca na historiografia dos séculos XVII a XIX subsídios para narrar como surgiram os vissungos nos serviços de mineração no interior do Brasil, e na literatura de políticas linguísticas aporte teórico para discutir os vissungos como formas de resistência à escravização. Olhando para essa tradição oral que remonta ao período escravocrata, a autora ainda traça um debate acerca da preservação e extinção dessa prática cultural, mostrando que a mesma se mantém viva a partir de processos históricos de resignificação, fazendo com que seus sentidos só possam ser entendidos em seus contextos de uso.

Alexandre Cohn da Silveira e Christiane da Silva Dias assinam o artigo “A Lusofonia Timor-Leste: divergências e dilemas entre as políticas linguísticas de fato e as de direito”, no qual abordam a decisão política do país asiático de co-oficializar a língua portuguesa após sua independência. Os autores procuram demonstrar que, apesar do esforço estatal para caracterizar o Timor-Leste como lusófono “de direito”, há um conflito com o que se dá de “fato”, haja vista a língua portuguesa não ser a mais usada cotidianamente pela população. Dias e Silveira observam um processo de constituição de uma “co-

munidade imaginada”, em que o esforço de instituir o português produz uma hierarquização linguística, na qual a língua da ex-metrópole é mais valorizada, resultando com isso apagamentos de línguas e identidades locais. Os argumentos do artigo se alicerçam em um *corpus* composto por documentos oficiais, discursos públicos e também em falas de timorenses coletadas pelos autores, em que se revela o embate entre as políticas de direito e as de fato, nesse projeto de instituição do português que os autores chamam de “lusofonia forçada”.

“Entre Babel e Babilônia: formas de discursivização e políticas linguísticas”, de Liliam Keide Arnhold de Azevedo, remete o leitor ao contexto da vinda de imigrantes alemães ao Sul do Brasil a partir do século XIX e às políticas que visam proteger uma cultura “germânica” atualmente. Antes de uma análise dessas políticas contemporâneas, a autora traça um panorama histórico em que se observa, por um lado, instabilidades econômicas e políticas na Europa da época e, por outro, um cenário linguístico fragmentado da região – que hoje se denomina “Alemanha” – de procedência dos imigrantes alemães. A autora observa que essa fragmentação ainda se observa nas diferentes variedades linguísticas remanescentes do processo migratório, as quais ainda são faladas por descendentes no Sul do Brasil, e que a tentativa de unificá-las sob um rótulo de “germânicas” constitui-se numa invenção que, perpassada por distintas relações de poder, pode produzir um apagamento dessa diversidade linguística. Entre esses processos discursivos de invenção de uma dada germanidade estão os projetos de co-oficialização de línguas, aos quais a autora dedica uma análise crítica, confrontando-os com projetos que não visam a co-oficialização de uma segunda língua, mas visam sua efetiva co-existência no cotidiano das comunidades, especialmente através do seu ensino e rememoração.

O nono artigo, intitulado “Os discursos da EJA em Florianópolis: cidadania, trabalho e controle” de Atilio Butturi Junior e Samoel Valdemiro Raulino, a partir de uma perspectiva foucaultiana de dispositivos de governo, faz uma análise de três documentos municipais que regulam, em caráter permanente, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Município de Florianópolis: Resolução Municipal 02/2010, do Conselho Municipal de Educação; Lei Municipal 7.508/2007, que regulamenta o Sistema Municipal de Ensino; e, Plano Municipal de Educação (PME), de 2010. Antes de adentrar na análise propriamente dita desses documentos, os autores problematizam a metodologia adotada e

delineiam um panorama dos discursos sobre a escolarização de jovens e adultos, no período histórico brasileiro compreendido entre a época colonial e a contemporaneidade. A análise dos documentos é norteadada pelos discursos de formação para o trabalho, cidadania e controle e busca demonstrar como o processo formativo em tela está vinculado à uma política de controle e disciplinação dos educandos.

O último artigo, “Como eu avalio textos? Reflexões sobre o modo de pensar e de fazer dos graduandos em Letras”, de autoria de Dennys Dikson e Gustavo Lima, analisa as concepções de avaliação de texto de quatro alunos do curso de graduação em Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Garanhuns. Os graduandos, em pesquisa organizada pelos autores do artigo, avaliaram, refletiram e interferiram em textos produzidos por alunos do 2º Ano do Ensino Médio, e responderam a questionários e entrevistas propostos pelos pesquisadores sobre as avaliações que fizeram dos textos. A partir desse *corpus* e de um diálogo com literatura acerca da avaliação escolar e avaliação em língua portuguesa, com enfoque na avaliação de textos escritos, os autores observaram o predomínio de uma mescla entre a correção “resolutiva” (apontada por eles como uma prática avaliativa “velha”) e a correção “textual-interativa” (apontada como “nova”), o que demonstra um conflito político flagrante entre os discursos sobre a avaliação, os quais também se materializam nas práticas avaliativas, como pode se ver nos textos corrigidos pelos graduandos que ilustram o artigo.

O texto que finaliza esta edição é uma entrevista da professora e pesquisadora sul-africana Ana Deumert concedida a Cristine Gorski Severo especialmente para a revista *Working Papers em Linguística*. A entrevistada, vinculada à Universidade de Cape Town (África do Sul), falou sobre seus estudos, os quais enfocam centralmente o cotidiano das pessoas, como elas se envolvem com a linguagem, as significações que emergem disso e como essas práticas linguísticas refletem nas políticas linguísticas. Deumert também explana sobre suas concepções de língua e de política linguística crítica, em que fica evidente um afastamento tanto da linguística “tradicional”, de viés estruturalista, quanto de uma política linguística “tradicional”, de viés controlador da linguagem. Por fim, a pesquisadora reflete sobre as contribuições que os estudos linguísticos em África – fortemente ligados à pós-colonialidade – podem contribuir para uma perspectiva crítica de Políticas Linguísticas.

Acreditamos que esta coletânea de textos contribuirá para a divulgação das pesquisas que se fazem no cenário nacional em torno das políticas linguísticas críticas e esperamos que possa também servir de estímulo para que novos trabalhos sejam desenvolvidos visando o aprofundamento dos debates acerca das políticas que se fazem “com” e “sobre” as línguas e, fundamentalmente, do que essas políticas significam para os sujeitos falantes dessas línguas.

Por fim, agradecemos aos autores que submeteram seus trabalhos, aos pareceristas *ad hoc*, à equipe assistente desta edição e à equipe da Biblioteca Central, por suas relevantes contribuições na composição desta edição.

Christiane Maria Nunes de Souza
Clóvis Alencar Butzge
Organizadores